

RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA: PERSCRUTANDO FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E ENSAIANDO PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Manoel Gonçalves dos Santos
Mestrando em Educação/Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo: O propósito deste texto é explicitar e problematizar fatos e idéias que fizeram parte do percurso histórico de estruturação dos conceitos de teoria e prática, e das relações oriundas destes na configuração e interpretação da realidade humana, bem como discutir como este processo se reproduz no direcionamento e efetivação da educação formal. O encaminhamento metodológico se deu a partir de uma revisão bibliográfica, numa abordagem qualitativa, norteadas pela tarefa de se produzir um referencial teórico-conceitual para a pesquisa em que este trabalho se insere, o que resultou em uma discussão que evidencia fatos e idéias promotores da interpretação da relação teoria-prática numa perspectiva dicotômica, além dos pressupostos abarcados pela categoria da “práxis”, entendida enquanto síntese superadora da histórica dicotomia entre teoria e prática. Como conclusão parcial tem-se que tais conceitos vinculam-se a condicionantes históricos, econômicos e culturais implicados no pensamento e existência humana, os quais se reverberam em ações formativas.

Palavras-chave: Teoria; Prática; Práxis; Formação humana

Raízes históricas da separação entre teoria e prática

Pensar a existência humana, com todas as relações que ela engendra, implica, necessariamente, em se voltar para os conceitos de teoria e de prática, tendo em vista que ao longo da história da humanidade são estas duas dimensões da realidade que dão sentido e inteligibilidade às ações humanas. Uma breve incursão na trajetória histórica da formulação destes conceitos e das relações que originam, situando-os nas formações sociais em que emergiram e se desenvolveram, bem como se destacando os constructos filosóficos que vem lhes dando legitimidade, revela que a relevância que se dá a um ou a outro termo na interpretação da realidade denuncia diferentes visões de homem, de sociedade e de educação. Evidencia-se também que a visão que tem ganhado caráter hegemônico neste processo é aquela que busca defender e legitimar uma pretensa superioridade de grupos sociais que detém o poder político e econômico na sociedade sobre aqueles que ficam à margem deste poder.

Para adentrarmos num caminho de recuperação histórica da relação teoria-prática entendemos ser necessário esclarecer inicialmente o sentido que estes termos ganham no que diz respeito à origem etimológica e as diferentes conotações que podem assumir. Quanto à origem etimológica tem-se que as duas palavras são originadas do grego, sendo que teoria significa nessa língua “conhecimento especulativo, meramente racional” e prática se refere a “uso, experiência, exercício”. (CUNHA, 2007)

Candau e Lelis (2008) endossam que ambos os termos derivam do grego. No caso de “teoria” explicam que significava originariamente a viagem de uma missão festiva aos lugares do sacrifício. Daí o sentido de teoria como observar, contemplar, refletir. Foi a partir do pensamento de Platão, filósofo grego, que essa palavra passou a ser utilizada com mais frequência para significar primordialmente o ato de especular, por oposição às atividades eminentemente práticas. É neste filósofo que o termo teoria aparece muito associado ao sentido de contemplação do espírito, de meditação, de estudo. No caso da palavra “prática” deriva do grego “práxis”, “praxeos”, tendo o sentido de agir e, principalmente, a ação inter-humana consciente, significando o contrário de “poiésis”, que na antiguidade grega compreendia a ação produtiva e a atividade comercial.

A partir da consulta a um dicionário filosófico pode se encontrar os seguintes sentidos para as palavras teoria e prática: Por teoria, se entende uma construção especulativa do espírito aproximando conseqüências a princípios, dentre os quais:

1º) por oposição à prática na ordem dos fatos: o que é objeto de um conhecimento desinteressado, independente de suas aplicações; 2º) por oposição à prática na ordem normativa: o que constituiria o direito puro, ou o bem ideal, diferentes das obrigações comumente conhecidas; 3º) por oposição ao conhecimento vulgar: o que é objeto de uma concepção metódica, sistematicamente organizada e dependente, por conseguinte, na sua forma de certas decisões ou convenções científicas que não pertencem ao sentido comum. Quanto à palavra prática são enumerados os seguintes sentidos: 1º) exercício de uma atividade voluntária que transforma o ambiente que nos rodeia; 2º) em outro sentido, a prática se refere às regras da conduta individual e coletiva, ao sistema de deveres e direitos, numa palavra, às relações morais dos homens entre si; 3º) o exercício habitual de uma determinada atividade, o fato de seguir tal ou qual regra de ação. (LALANDE,1960, p. 1.127)

Estes são alguns dos sentidos que se usam para conceituar teoria e prática. Trata-se de diferentes abordagens que têm em comum uma perspectiva que confronta estas duas esferas da realidade, induzindo a uma separação e até mesmo uma oposição entre elas. Tal forma de se interpretar e definir estes termos implica, como já foi mencionado, em se referendar um interesse de classe ao longo da história da humanidade. Ela encerra uma visão dicotômica da relação teoria-prática. “Uma postura de domínio de apropriação dos que detém o poder das idéias em relação aos práticos. Sem dúvida, isso reflete também a divisão social do trabalho numa sociedade de classes, onde há uma separação entre trabalho manual e trabalho intelectual”. (FÁVERO, 1981, p. 15)

Neste sentido, podemos afirmar que a problemática da relação teoria-prática à maneira da separação/oposição caracteriza uma das principais contradições das sociedades incluídas

no modo de produção capitalista, qual seja, a exploração dos trabalhadores pelos donos dos meios de produção. Vale destacar, contudo, que esta exploração, apesar de ter o seu ápice neste tipo de sociedade, não é exclusividade dela, tendo em vista que a mesma já se dava, mesmo que em outros moldes, lá na Grécia antiga, formação social que carece de ser caracterizada, mesmo que sucintamente, para podermos prosseguir com esta discussão.

Antes de nos referirmos às características específicas da antiguidade grega é importante aludirmos à realidade teórico-prática das comunidades primitivas, haja vista que estas precederam aquela, lhe possibilitando as condições materiais e simbólicas básicas para o seu desenvolvimento ulterior. Conforme Saviani (2007, p.154) nas comunidades primitivas a educação e o trabalho aconteciam simultaneamente. “Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros os homens educavam-se e educavam as novas gerações”. A produção da existência implica neste caso o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura, na visão deste autor, um verdadeiro processo de aprendizagem.

Nesta fase da história humana não havia divisão de classes. O processo de educação, que pode ser associado com a teoria, e o processo de trabalho, que pode ser associado com a prática, era igual para todos. Da forma como aconteciam tais dimensões da realidade se imbricavam na transformação e apropriação coletiva da terra, o que configurava a propriedade tribal, na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam na prática dessa produção. Com o desenvolvimento e expansão da produção nasceu a divisão do trabalho e, conseqüentemente, a apropriação privada da terra, provocando a ruptura da unidade característica das comunidades primitivas. Desse modo, com o advento da propriedade privada a classe dos proprietários começou a se dar ao luxo de viver sem trabalhar. É nesta perspectiva que tanto na antiguidade grega quanto na romana o trabalho é realizado predominantemente pelos escravos.

O escravismo antigo dá início a duas modalidades distintas e separadas de educação: uma voltada para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra voltada para a classe não proprietária, destinada aos escravos e serviçais. A primeira diz respeito às atividades intelectuais, à arte da palavra, além dos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda é assimilada ao próprio processo de trabalho. (Idem) Percebe-se, neste contexto, a valorização de uma educação de cunho mais teórico, em detrimento daquela voltada para a produção econômica, separação que coaduna com a divisão de classe daquela formação social.

Foi neste sentido que na antiguidade a filosofia dos gregos repeliu o mundo “prático” por não vislumbrar neste nada além do seu viés utilitário. “Gregos e romanos exaltavam a atividade contemplativa e intelectual dos homens livres, e consideravam como indigna toda atividade prática material, particularmente o trabalho praticado pelos escravos”. (GAMBOA, 2007).

Esta forma de interpretar a realidade foi reforçada por eminentes filósofos gregos, por meio de suas considerações sobre o lugar da teoria e da prática nesta realidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Platão que acenou com a possibilidade da unidade de teoria e prática. Entendia que a teoria deve ser prática, pensamento e ação devem se manter em unidade, sendo que, em sua visão, o lugar dessa unidade é a política: A prática encontra-se na teoria, ou seja, as idéias tornam-se prática por si mesmas. Nesse caso, a teoria se configura em prática não só porque seja encarada como um saber de “salvação” do homem das pretensas imperfeições do mundo sensível (a perfeição estava no mundo das idéias), mas porque, nesta visão, ela se ajusta plenamente à prática, de maneira que a primeira deixa de ser um saber puro passando a cumprir uma função social e política. “A política, segundo Platão, é a única prática digna, desde que seja impregnada de teoria. A primazia, portanto, nesta relação entre teoria e prática pertence à atividade teórica”. (Ibdem) Platão admite, assim, que a teoria possa ser prática, aceitando, desse modo, a existência de uma práxis política, mas desde que esta se traduza na aplicação dos princípios absolutos traçados pela teoria. Foi neste sentido que ele preconizou um mundo ideal e atribuiu aos filósofos a competência para governar, pois entendia que só eles são dotados de sabedoria.

Diferentemente de Platão, Aristóteles não admite que a atividade política se ajuste a princípios absolutos orientados pela teoria. A partir do contexto social e político do seu tempo ele concluiu pela impossibilidade da unidade entre teoria e prática, e isolou uma dimensão da outra. “Para ele a orientação e iniciação na prática não acontecem através da teoria, mas através da ‘tékhne’, uma orientação da ação que deveria servir como introdução consciente na ordem existente (GOERGEN, apud GAMBOA, 2007, p. 40).

Sob perspectivas diferentes, os dois filósofos gregos desenvolveram pensamentos que interpretavam a realidade de uma forma dualista. Pode-se afirmar que a negação das relações entre a teoria e a prática (material e produtiva) ou a maneira de vinculá-las é oriunda do pensamento grego. Tal dualismo configura uma concepção de homem como ser preponderantemente racional e teórico. Concepção que, reitera-se, se insere na ideologia dominante e corresponde ao contexto social da realidade grega, em que o trabalho manual é desvalorizado, o que se dava em consonância com um modo de produção escravista com mão

de obra servil suficiente para possibilitar aos filósofos e políticos, membros da aristocracia, o tempo livre para se dedicarem à prática da contemplação e meditação.

Percebe-se assim, que na antiguidade grega havia uma hierarquia de valores que inferiorizava o trabalho manual, a prática do artesão e de todos que produziam a existência através da atividade física, da realidade mutável. A atividade puramente intelectual do pensador, que se voltava para o mundo das idéias, para a realidade estável e imutável é que era valorizada e considerada digna dos homens livres. Esta dualidade grega acabou por gerar outros diversos dualismos que hoje se apresentam no pensamento e nas ações humanas, o que é confirmado pelo educador Anísio Teixeira (1968, p. 142), o qual aponta que “o dualismo grego entre o mutável e o imutável gerou todos os demais dualismos entre corpo e espírito, homem e natureza, fazer e pensar, conhecer e fazer, cultura e profissão, trabalho e lazer, etc”.

Com a ruptura do modo de produção antigo (escravista) a divisão das sociedades entre grupos dominantes e dominados permanece no cenário medieval, agora sob a ordem feudal, que divide os homens em senhores e servos. Persiste também o dualismo entre teoria e prática, tendo em vista que as escolas confessionais, de propriedade e orientação da igreja católica, cumpriam a função, assim como aquelas da antiguidade grega, de preparar os quadros dirigentes (intelectuais) então requeridos. Nesses contextos, as funções manuais não necessitavam de formação escolar. Os trabalhadores eram formados com o concomitante exercício das funções. (SAVIANI, 2007)

A dicotomia entre teoria e prática mantém-se nos períodos históricos subsequentes. Conforme Gamboa (2007), no renascimento o trabalho prático é reivindicado, mas a contemplação ainda tem um *status* elevado. Este autor destaca ainda que no século XVIII eleva-se, cada dia mais, o valor do trabalho humano e da técnica. Bacon (1561-1626) afirma que o poder do homem se fortalece por meio de um saber que se nutre da experiência. Descartes (1596-1650) defende que conhecer a forma das ações do fogo, do ar e dos astros nos converte em donos e possuidores da natureza.

A análise de teoria e prática como pólos opostos e independentes na realidade humana vai se desdobrar em abordagens filosófico-científicas que segundo o autor citado podem ser divididas em dois grupos: as abordagens ideal-racionalistas e as abordagens pragmático-utilitaristas. As primeiras se assentam na primazia da teoria e as segundas na primazia da prática. O que se busca como verdadeiro nesta relação é o acordo entre uma e outra, a identidade ou aproximação entre elas. Nesta perspectiva, a verdadeira teoria é aquela que expressa os resultados da prática, ou que se aproxima da aplicação prática. Neste mesmo

raciocínio a verdadeira prática é a que coincide com os parâmetros da teoria, com o perfil tido como ideal.

Consequências da separação: problematizações

Esta forma dicotômica de se relacionar teoria e prática ganha impulso e considerável respaldo a partir da sistematização e consolidação do paradigma científico “positivista”, o que fez com que tal dicotomia viesse a se proliferar nas diversas esferas do fazer humano, inclusive nos currículos e práticas de formação de um modo geral. Antes de explicitarmos a forma como a relação teoria-prática é defendida neste paradigma se faz necessário que apresentemos uma breve caracterização dos pressupostos que ele encerra.

O processo da revolução industrial e de ascensão da burguesia, no século XVIII, favoreceu o entendimento que colocava a ciência como o único caminho possível e o método da natureza como o único válido, sendo, desse modo, estendido aos campos da atividade humana. É neste cenário que, no século XIX, Augusto Comte (1798-1857), funda o positivismo. Comte admitia que o século XIX marcava um momento de transição na história da humanidade: a observação racional dos fatos, sua classificação, a experimentação e o estabelecimento de leis científicas indicavam que a humanidade, cada vez mais, afastava-se do pensamento mitológico, religioso e metafísico em direção ao progresso. (MEKSENAS, 2002)

A observação positiva direciona o cientista a elaborar um conjunto de conhecimento a respeito daquilo que investiga. Parte-se do pressuposto de que a natureza física e social apresenta seus fenômenos segundo determinadas ordenações, ou seja, considera-se que existe uma espécie de mecânica que move os eventos físicos e sociais. A partir da observação dessa mecânica é possível conhecê-la e, com isso, prever os seus movimentos. Com este raciocínio se chega ao lema positivista: “saber para prever, prever para prover”. Neste sentido, a ciência tem por finalidade a previsão científica dos acontecimentos para disponibilizar à prática um conjunto de regras e de normas graças às quais consiga dominar, manipular e controlar a realidade natural e social.

Segundo Chauí (1995, p.61), no que se refere à questão da relação teoria-prática a concepção positivista possui três consequências principais:

- 1ª) Define a teoria de tal modo que a reduz a simples organização, sistemática e hierárquica de idéias, sem jamais fazer da teoria a tentativa de explicação e de interpretação dos fenômeno naturais e humanos a partir de sua origem real. Para o positivista, tal indagação é tida como metafísica ou teológica, contrária ao espírito positivo ou científico;
- 2ª) Estabelece entre a

teoria e a prática uma relação autoritária de mando e de obediência, isto é, a teoria manda porque possui as idéias e a prática obedece porque é ignorante. Os teóricos comandam e os demais se submetem; 3ª) Concebe a prática como simples instrumento ou como mera técnica que aplica automaticamente regras, normas e princípios vindos da teoria.

Fica evidente nesta concepção a prevalência da teoria em relação à prática. A ênfase é colocada, desse modo, no planejamento, na racionalidade científica, na neutralidade da ciência, na busca da eficiência, na percepção da teoria como forma privilegiada de dirigir a ação, que a ela deve estar subordinada.

Tal entendimento coaduna e fortalece os interesses da classe dominante no contexto da sociedade capitalista, na medida em que referenda a divisão social do trabalho em trabalho intelectual e trabalho manual, colocando o primeiro em notável vantagem hierárquica em relação ao segundo e, concorrendo, dentre outras consequências, para a exploração desmedida dos trabalhadores em favor do aumento dos lucros da burguesia (donos dos meios de produção).

Concorre para a consolidação dessa consequência o fato de a escola, tal como a que conhecemos atualmente – e que teve o seu surgimento ao mesmo tempo em que se deu o surgimento do capitalismo e ascensão da burguesia – ser utilizada, junto aos grupos economicamente desfavorecidos, com o fim único e exclusivo de formar mão-de-obra destinada à produção e fomento do mercado. É importante lembrar que em sua origem, e durante vários séculos seguintes, a escola teve por função a formação dos grupos dirigentes da sociedade. Cuidava, portanto, do desenvolvimento do intelecto (ensino das artes, da palavra, da filosofia, da ciência contemplativa) e do físico (a caça, a ginástica, o lazer). As classes trabalhadoras, como já mencionamos, eram exercitadas (instruídas) nas próprias funções que desenvolviam. Posteriormente, já na época moderna,

à medida que o modo de produção capitalista incorpora a ciência à máquina (como meio de produção), aumentam as exigências de ampliação das atividades intelectuais, havendo necessidade, portanto, de generalizar a educação escolar para todas as crianças, desde os níveis mais elementares, de modo a atender à formação da mão-de-obra necessária à produção. (FREITAS, 1996, p.42)

Nesta perspectiva a escola, no bojo do modo de produção capitalista, se apresenta como instituição que vai propiciar e legitimar a expansão deste, em detrimento dos interesses e necessidades das classes trabalhadoras. Neste sentido, constata-se, na visão da referida autora, que a produção e a apropriação do conhecimento se realizam de forma contraditória no capitalismo: ao mesmo tempo que abrem grandes possibilidades para o desenvolvimento e o progresso científicos, no seu interior engendram-se as condições que separam teoria e prática,

trabalho manual e trabalho intelectual, bem como os atos de concepção e execução, circunstância que contribui fortemente para a fragmentação e desumanização do trabalho humano.

É importante e pertinente mencionar aqui que esta forma de encarar o papel da escola se circunscreve na lógica da teoria do capital humano, a qual parte do pressuposto de que a educação é um fator de produção e conseqüente desenvolvimento econômico.

Na lógica da teoria do capital humano a função da escola perde a dimensão da formação humana e se restringe à qualificação de indivíduos para desenvolver a produção. Neste sentido, a mesma assume um papel de reprodução dos interesses do capital. (FRIGOTTO, 1996) Tal interesse é respaldado por esta teoria também quando ela defende o determinismo de que através da educação pode se forjar de forma generalizada mobilidade social, desconsiderando, neste processo, a influência das relações de poder presentes na sociedade.

A partir de uma análise do papel da escola na sociedade francesa Pierre Bourdieu, a partir do desenvolvimento da “teoria do capital cultural”, ratifica a ação desta instituição enquanto instrumento de conservação da ordem social, e manutenção dos privilégios das classes abastadas, e se contrapõe à idéia de que a mesma se constitui em um fator de equalização da sociedade, como defende a teoria do capital humano. Ele parte do pressuposto de que a escola contemporânea é estruturada para legitimar o interesse das classes dominantes a partir da cultura que dissemina na efetivação do seu ensino, o que, segundo ele, coloca em desvantagens os estudantes das classes populares, que acabam tendo um resultado escolar bem inferior ao dos estudantes das classes privilegiadas, haja vista que estes chegam à escola portando um capital cultural (valores e práticas consideradas eruditas pela classe dominante) que lhes aproximam das exigências escolares, possibilitando-lhes maiores condições de êxito, o que não acontece com os primeiros. Neste sentido, Bourdieu (2008, p.53) entende que:

se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclamam ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios.

Tal constatação nos auxilia no entendimento dos limites e contradições da teoria do capital humano, bem como na compreensão das relações de poder presentes no tecido social. Entretanto, entendemos que não devemos permitir que ela nos leve a desacreditar no papel da escola (não obstante à vinculação desta com determinantes históricos, econômicos e culturais,

etc.) de influenciar na formação de indivíduos críticos e capazes de construir um mundo melhor no âmbito individual e coletivo.

A práxis como síntese superadora na relação teoria-prática

Abordamos na primeira parte deste trabalho a forma dicotômica que a relação teoria-prática assume nas visões ideal-racionalistas e pragmático-utilitaristas. Na segunda parte apontamos algumas características que estas visões assumem no direcionamento da existência humana, mormente no que tange à sua influência na divisão social do trabalho (trabalho manual e trabalho intelectual) e no âmbito educacional. Nesta parte do texto procuraremos discutir a categoria da “práxis” enquanto pensamento-ação que pode possibilitar uma interpretação dos conceitos de teoria e prática numa perspectiva de superação da unilateralidade encarnada nas visões anteriores e, desse modo, contribuir para se pensar e se fazer a realidade dos homens atentando-se para a promoção da dignidade dos membros das classes economicamente desfavorecidas. Convém lembrarmos, com Konder (1992 , p.101), que

a cultura dos séculos em que a burguesia acumulou forças e construiu sua hegemonia, até poder controlar econômica e politicamente a sociedade, ficou marcada por essa tensão interna: de um lado, impulsos especulativos “contemplativos”; e, de outro, exigências ligadas a um “ativismo” pragmático. Sem que um pólo destruísse o outro, o “ativismo” foi prevalecendo. Só que, nas novas condições históricas, a atividade mais valorizada não era mais a ação intersubjetiva, política e moral dos cidadãos (como na Grécia antiga): era a atividade da produção material, aquela que os gregos chamavam de *poiésis*.

É a partir dos pressupostos teóricos formulados por Karl Marx (1818-1883) que a relação entre teoria e prática (no âmbito do processo de produção da realidade humana pelo trabalho do homem) começa a ser interpretada de forma diferente da mencionada. Marx acreditava que a partir do trabalho o homem se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva, e desse modo modifica o mundo e modifica-se a si mesmo. Entendia que o trabalho, como criador dos valores de uso, deveria, independentemente das formas de organização da sociedade, ser visto como uma necessidade natural, imprescindível ao “metabolismo” entre homem e natureza. (MARX, 2009)

Partindo deste entendimento do trabalho como forma de criação do homem enquanto humano que Marx se pôs a questionar o porquê que o trabalho, de atividade intrinsecamente criativa que foi em sua origem, possibilitando o tornar-se humano do homem, chegou a se transformar nessa realidade sufocante e opressora em que se configura na contemporaneidade.

Neste sentido, tece uma crítica ao modo de produção capitalista, no que tange ao processo de degradação que este implicou ao trabalho humano por meio da divisão social do trabalho, materializado na propriedade privada. “Os modos de produção baseados na propriedade privada e na exploração classista estimulavam a competição entre pessoas e grupos particulares, tornando-a cada vez mais exacerbada e truculenta, e acarretando graves danos à dimensão comunitária da vida”. (KONDER, 1992, p. 109)

É para se contrapor a esta forma de encaminhar o trabalho e a vida humana que Marx esboça um conceito de “práxis”, na perspectiva de valorizar as necessidades dos trabalhadores no que concerne ao processo e produto do seu trabalho. O autor citado lembra que para Marx era preciso superar duas unilateralidades opostas (a do materialismo e a do idealismo) e pensar a atividade e a corporeidade do sujeito de forma simultânea, reconhecendo-lhe todo o poder material de intervir no mundo. É nesta intervenção, que segundo este autor, consistia a práxis, uma atividade que pode ser caracterizada como “revolucionária”, “subversiva”, questionadora e inovadora, uma atividade, portanto, “crítico-prática”.

Konder (1992, p. 115), baseando-se no pensamento marxista, apresenta o conceito de práxis como sendo:

a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

Fica evidente nesta afirmativa uma apreensão da relação teoria e prática não mais numa abordagem dicotômica, mas na perspectiva da unidade. Neste enfoque a teoria não mais comanda a prática, não a orienta no sentido de torná-la dependente das idéias, nem se dissolve na prática anulando-se a si mesma. Por outro lado a prática não significa mais a aplicação da teoria, perspectiva que se afasta da noção que a entende como uma atividade dada e imutável. Trata-se de uma relação de dependência mútua sem que um ou outro pólo da realidade perca sua identidade.

Conforme Gamboa (2007), para se entender esta inter-relação dialética é preciso se ater a algumas condições. A primeira diz respeito à unidade dos termos, o que significa dizer que não se pode conceber a teoria separada da prática (o ser separado do pensamento), tendo em vista que a existência de uma ou outra depende da relação mútua entre elas. É na relação com a prática que se inaugura a existência de uma teoria, esta não existe solta, é sempre a teoria de uma prática. De outro modo, a prática existe como sendo a prática de uma dada teoria. Neste raciocínio é a própria relação entre elas que possibilita a sua existência.

A segunda condição colocada pelo autor citado se refere à necessidade de se circunscrever a relação teoria e prática em contextos interpretativos mais amplos, ou seja, tanto a prática como as teorias sobre essa prática, não podem ser entendidas, separadas ou isoladas em si mesmas. Parte-se do pressuposto de que esta prática está inserida num contexto maior de ação histórica da humanidade que busca e constrói um novo projeto e produz uma nova realidade. Assim, toda prática tem um sentido social e histórico.

Depreende-se das constatações e afirmações anteriores que a apreensão da relação teoria-prática, no seio de uma práxis, implica em se efetivar uma atuação crítica e transformadora na realidade humana, em qualquer campo em que se atue. Neste sentido, como assevera o educador Paulo Freire (2007, p.101) – que desenvolveu por meio da efetivação de seu método de alfabetização uma verdadeira práxis humana – precisamos “de teoria que implica numa inserção na realidade, num contato analítico com o existente, para comprová-lo, para vivê-lo e vivê-lo plenamente, praticamente.”

Podem-se inferir também que um trabalho educativo que parta desta concepção não separa teoria de prática, antes entende estes elementos como eixo de uma formação integral dos indivíduos. Está em consonância, portanto, com a proposta de escola de Antônio Gramsci (1995), uma escola “desinteressada”, “formativa”, “única”, capaz de possibilitar aos educandos oportunidades de aprendizagens teórico-práticas e crítica, independente das funções profissionais que eles venham a desenvolver na sociedade. Uma escola que, nestes termos, opere em contra hegemonia aos ditames capitalistas de submetimento do trabalho dos homens apenas ao fim de acumulação de capital e sustentação dos privilégios da classe dominante.

Considerações finais

O caminho percorrido na presente exposição pautou-se pela tentativa de se aprofundar o debate sobre a relação teoria e prática, no intento de fazer emergir alguns dos condicionantes históricos, econômicos e culturais implicados na estruturação dessa relação no pensamento e existência humana.

Convém salientar que os termos teoria e prática e as relações que deles se estabelecem estão intimamente vinculados com a questão do trabalho enquanto atributo constituinte e constituidor da existência social dos homens; portanto tem caráter teórico-prático. Daí porque de tal questão ter permeado toda a discussão realizada.

Salientamos, contudo, que o objetivo a priori da elaboração do texto não foi discutir a questão do trabalho em si, mas antes aproveitar a vinculação dele com o binômio teoria-

prática a fim de utilizá-lo como pano de fundo na discussão para, posteriormente, darmos continuidade ao texto estabelecendo uma relação do trabalho (no que concerne à sua divisão na sociedade em trabalho manual e trabalho intelectual) com os processos de formação humana contemporâneos e, mais especificamente, com a estruturação e efetivação de cursos de formação de professores na esfera inicial.

Referências

- BOURDIEU, P. NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afranio M. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CANDAU, Vera Maria; LELIS, Isabel Alice. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANDAU, Vera Maria. (org.) **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon. Editora digital, 2007.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. **Sobre a formação do educador. A formação do educador: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.
- FREITAS, Helena Costa de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GAMBOA, Silvio Sánches. Teoria e prática: uma relação contraditória. In: GAMBOA, Silvio Sánches. **Epistemologia da Educação Física: as inter-relações necessárias**. Maceió: EDUFAL, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique of philosophie**. Paris: PUF, 1960.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. Edições Loyola, São Paulo, 2002.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: Revista Brasileira de educação. v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- VÁSQUEZ, Adolf Sánches. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

